

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

AMANDA GONÇALVES LUCAS

**A GESTÃO E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NOS ESPAÇOS ESCOLARES:
reflexões teóricas**

ITUIUTABA-MG

2025

AMANDA GONÇALVES LUCAS

**A GESTÃO E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NOS ESPAÇOS ESCOLARES:
reflexões teóricas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (ICHPO/UFU), como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

Ituiutaba-MG

2025

AMANDA GONÇALVES LUCAS

**A GESTÃO E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NOS ESPAÇOS ESCOLARES:
reflexões teóricas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Ituiutaba, 17 de setembro de 2025.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Aparecida Augusto Satto Vilela – ICHPO/UFU
(Orientadora)

Prof.^a Dra. Betania de Oliveira Laterza Ribeiro - ICHPO/UFU
(Banca examinadora)

Prof.^a Dra. Luciane Ribeiro Dias Gonçalves – ICHPO/UFU

(Banca examinadora)

AGRADECIMENTOS

Para iniciar, quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus que sempre conduziu o meu caminho ao longo de toda a graduação.

Aos meus pais que contribuíram para a formação da mulher que me tornei. Mesmo com todas as dificuldades me ensinaram que, com determinação, é possível superar qualquer obstáculo e mesmo de longe sempre estiveram presente em meus pensamentos e por ligações, me dando forças para continuar.

Agradeço a mim mesma por confiar no meu potencial mesmo quando faltava os incentivos, a minha irmã que foi meu apoio sempre com palavras de esperança, me apoiando em todos os momentos aguentando os meus surtos, ao meu irmão que também esteve na torcida pela minha graduação.

Aos meus professores meu muito obrigada, porque através de vocês pude ampliar meus conhecimentos sou grata.

Obrigada a minha orientadora que esteve comigo em todo esse processo de escrita e auxiliou na realização deste trabalho.

Agradeço a banca examinadora que aceitou esse convite, pois vocês são pessoas inspiradoras para a profissão.

Este Trabalho de Conclusão de curso é resultado de muito esforço e dedicação, tendo relevância para ser discutido na formação dos pedagogos.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a atuação da equipe gestora no enfrentamento do racismo nos espaços escolares. A metodologia utilizada para desenvolver esta pesquisa constituiu-se por uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, subsidiando-se por autores como Kabengele Munanga (2003), Nilma Lino Gomes (2003, 2012), Heloisa Luck (2000) e José Carlos Libâneo (2004). Mediante suas contribuições, na interlocução com outros pesquisadores que tratam sobre gestão e educação étnico-racial, foi possível identificar e analisar as ações realizadas pela gestão fundamentadas por uma educação antirracista. Em relação à análise documental, realizou-se a leitura de dois Projetos Político- Pedagógicos (PPP) de escolas públicas. Os resultados da pesquisa permitiram contemplar que uma gestão que se dispõe a conhecer e compreender as diversidades étnicas consegue promover uma educação que seja de fato antirracista, contribuindo para fazer da escola um lugar que respeita e valoriza as diferenças. A maneira como a gestão se posiciona em situações de racismo e discriminação é importante, pois é possível perceber qual o comprometimento que a equipe gestora tem com o processo de formação dos estudantes, visto que a escola é uma das instituições que prepara o indivíduo para a sociedade.

Palavras-chave: Educação antirracista. Gestão escolar. Racismo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 ENTENDENDO O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR.....	9
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE RACISMO, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO....	11
4 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO ESPAÇO ESCOLAR.....	15
5 A ATUAÇÃO DA GESTÃO NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.....	19
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS.....	24

1 INTRODUÇÃO

A construção deste trabalho ocorreu a partir de uma pesquisa que, inicialmente, foi proposta para cumprir as exigências como bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET), (Re)conectando Saberes, Fazeres e Práticas, da Universidade Federal de Uberlândia, *campus* Pontal. Este PET tem como foco promover a pesquisa, ensino e extensão, realizando atividades na universidade em parceria com a comunidade. O intuito é dialogar sobre questões que permeiam o ambiente acadêmico e a sociedade como reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira, incentivo e permanência ao ensino superior dentre outros.

Nesse sentido, tive interesse de desenvolver um estudo sobre a educação antirracista sob o olhar da gestão, utilizando tal temática para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso, uma vez que sou discente de graduação em Pedagogia. Um fator impulsionador para a escolha do tema foi uma situação ocorrida com uma familiar em uma instituição de ensino. Esta sofreu ataques racistas na sala de aula por outro estudante e, ao relatar o acontecido para a direção, a estudante foi silenciada e coagida a não procurar os meios legais frente ao racismo sofrido. O posicionamento da equipe gestora nessa situação foi de convivência com atitudes racistas dentro do espaço escolar, pois o ocorrido foi totalmente banalizado, não dando suporte para a estudante negra. A gestão deveria ter protegido e defendido os direitos da aluna, afinal, seu papel não é somente administrar os bens da escola, mas o de mediar os conflitos existentes e garantir a segurança dos educandos.

De modo geral, os conteúdos ensinados nas escolas têm uma base eurocentrada, distanciando os educandos dos conhecimentos, história e cultura africana e afro-brasileira. Nesse sentido, são pouco discutidas as questões de identidade dos estudantes negros, por vezes, podendo acarretar a reprodução de atitudes preconceituosas dentro do espaço escolar (Martins; Silva, 2018).

Ressalta-se que a garantia da educação étnico-racial está assegurada pela Lei 10.639/2003 que alterou o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9394/96, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira na educação básica. A referida lei assegura o combate ao racismo por meio da educação, contribuindo para a transformação e sensibilização da sociedade. Contudo, mesmo com sua vigência, há desafios para sua implementação e, por isso, identifica-se a importância

de lutar pelo cumprimento dessa lei, bem como identificar o que tem sido feito no âmbito das instituições de ensino.

Muitas vezes, na educação escolar, as relações étnico-raciais são pouco analisadas; o modo como o povo negro é retratado nos livros e em alguns conteúdos se distancia da real história dessa população. O apagamento sofrido pelo povo negro quanto à sua cultura e saberes contribui para a disseminação de uma história vinculada apenas à escravidão, impossibilitando o conhecimento do papel desse grupo para a construção do Brasil (Gomes, 2003). Essa prática também está presente nas instituições sociais, por isso a relevância de analisar como a gestão, parte essencial da estrutura da escola, posiciona-se para promover uma educação antirracista. Nesse sentido, o problema desta pesquisa foi assim formulado: Como a equipe gestora tem tratado e agido em relação ao racismo na escola?

Diante disso, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a atuação da equipe gestora no enfrentamento ao racismo nos espaços escolares. Como objetivos específicos espera-se: apresentar as possibilidades e potencialidades de uma educação antirracista; identificar as práticas de racismo mais recorrentes nas instituições de ensino; e verificar as ações e intervenções que as instituições de ensino realizam para uma educação antirracista.

A metodologia escolhida foi a de abordagem qualitativa a qual possibilita entender o objeto de pesquisa em sua complexidade, utilizando de observações e interpretações da dimensão social, revisitando materiais que contribuem para compreensão do tema, assumindo um caráter descritivo (Neves, 1996). Como procedimento técnico, para direcionar a construção da base teórica da pesquisa, realizou-se um levantamento bibliográfico de teses, artigos e dissertações que dialogam com os objetivos desta pesquisa, utilizando as plataformas: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Por meio das contribuições de autores como Heloisa Luck (2000) e José Carlos Libâneo (2004) tratou-se sobre a gestão e as atribuições do cargo de gestor, reavaliando sua participação dentro do espaço escolar, a fim de elucidar quais práticas são efetuadas, entendendo as competências que cabem à equipe gestora enquanto executora do gerenciamento da escola. Para isso, revisou-se também a Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (2021) para analisar as condutas esperadas dessa

função. Ressalta-se que a gestão é construída por várias mãos, pois além da figura do diretor, a equipe gestora também é composta pelo vice-diretor, coordenador pedagógico, secretário escolar e os conselhos e comunidades escolares (Luck, 2000).

Em relação às questões étnico-raciais, a pesquisa se apoiou em autores como Nilma Lino Gomes (2003, 2012) e Kabengele Munanga (2003) que são referências para tratar sobre racismo e educação antirracista, bem como sobre cultura e identidade negra. Diante disso, aprofundando no papel da gestão, a educação antirracista é posta em pauta na pesquisa, para analisar as ações que são efetuadas nesse sentido no ambiente escolar, se é assumido um caráter interventivo ou propositivo no processo educacional, expondo também os desafios e obstáculos que aparecem no combate ao racismo.

Também se fundamentou em uma pesquisa documental, por meio da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos de duas escolas: uma municipal e uma estadual. Para refinar os estudos, procurou-se identificar se os projetos das escolas continham menção às relações étnico-raciais e quais ações apareciam entorno desta temática, verificando as propostas das escolas para uma educação antirracista.

O trabalho da equipe gestora é muito importante para que os alunos e a comunidade escolar de modo geral, conheçam uma gestão que considera a participação de todos e todas. A forma como lida com as ocorrências de discriminação racial no espaço escolar precisa ser alinhada com a manutenção do reconhecimento e valorização identitária e de pertença étnico-racial de modo que os alunos possam se sentir representados.

Tendo em vista essas considerações iniciais, esta pesquisa é organizada em seis seções, considerando-se esta Introdução que apresenta uma perspectiva geral sobre o trabalho. Na próxima seção, foi retratado como a gestão da escola se constitui, apontando a importância de executá-la de modo que promova a equidade e a participação. Em seguida, tratou-se sobre o racismo, o preconceito e a discriminação a fim de elucidar os conceitos, bem como impactam a educação. A quarta seção apresentou a educação antirracista nos espaços escolares, com o fortalecimento de políticas que garantem sua efetivação. Na próxima seção, verificou-se a atuação da gestão na educação antirracista, por meio de análise documental de dois PPP de escolas da rede pública, fundamentando-se em conceitos teóricos referenciados no trabalho. Por fim, nas considerações finais é posto a importância de uma gestão ativa que enxerga as diferenças e por meio delas se

posiciona para garantir uma educação que preze pelo respeito, dando atenção as questões étnico-raciais seguindo para uma educação antirracista.

2 ENTENDENDO O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR

A gestão se constitui pelo processo de administrar, organizar os recursos e pessoas. Ela “[...] é o processo de dirigir a organização e, a partir daí, tomar decisões levando em consideração as demandas do ambiente e os recursos disponíveis.” (Oliveira e Menezes, 2018, p. 879). No que tange à área educacional, as atividades que ocorrem na escola precisam ser geridas de modo que se preze pelo bom funcionamento e organização. Nesse sentido, a gestão escolar configura-se por coordenar os processos de ensino mobilizando ações e meios para atingir as metas esperadas, cuidando dos estudantes e zelando pelos bens da escola (Oliveira e Menezes, 2018).

É importante pautar que a gestão na escola requer a participação coletiva, pois a educação tem responsabilidade compartilhada entre a escola e a sociedade, uma vez que a própria sociedade define ideais de qual cidadão ela espera formar. Por isso, a educação é constantemente modificada para suprir as expectativas sociais (Luck, 2000). Ao ocorrer problemas na escola fica difícil apontar um “culpado”, pois as responsabilidades são repassadas e cada um tem sua função. Nesse sentido, é relevante problematizar o direito à educação e sua garantia no ambiente escolar:

A leitura, ao pé da letra da determinação constitucional de que educação é dever do Estado, é comumente associada a este entendimento. Segundo ela [Constituição], portanto, educação é apenas direito da sociedade. Essa dissociação entre direitos de uns e deveres de outros, ao perpassar a sociedade como um todo, produz na educação, diretores que não lideram, professores que não ensinam, alunos que não aprendem, todos esperando que o “outro” faça alguma coisa, para resolver os problemas ou dificuldades, inclusive os ocupantes de posições no sistema de ensino. (Luck, 2000, p.13, grifo do original)

Assim como a sociedade responsabiliza o Estado pela educação, a gestão, por vezes, encontra-se em um lugar de pouca efetividade em participar da formação dos estudantes, deixando somente a cargo dos professores. A falta de comprometimento da gestão no processo educacional pode afetar a organização pedagógica da escola. Sua participação neste processo auxilia na construção de um ambiente acolhedor e inclusivo, de modo que se integre aos debates quanto às necessidades da escola, por meio das demandas dos professores, dos demais funcionários e dos alunos.

Ao pensar sobre a gestão escolar é possível refletir sobre sua organização, uma vez que a escola é caracterizada como uma unidade social que ocorre por interações entre as pessoas, assim como por um planejamento estabelecido, dentre outros fatores. A gestão exerce ações administrativas no espaço escolar regendo processos sistemáticos, recursos e estrutura, traçando metas e tomando decisões para fins organizacionais (Libâneo, 2004).

Para a atuação da gestão escolar no desenvolvimento pleno dos estudantes, faz-se necessário incentivar sua participação e de toda a comunidade escolar para que a escolarização ocorra de maneira democrática e com qualidade no ensino. No que tange à tomada de decisões, a equipe gestora é a parte que procura garantir o bom funcionamento da escola. Como já apresentado na Introdução, essa equipe é composta pelo diretor, o vice-diretor, coordenador pedagógico, secretário escolar e os conselhos escolares em diálogo com a comunidade escolar composta pelos pais, alunos, professores, funcionários e vizinhança.

Para definir metas e objetivos que estejam alinhados com as necessidades sociais e da comunidade, o tipo de gestão que melhor contribui com essa finalidade é a democrática que fomenta o diálogo. “A gestão democrática deve ser compreendida não apenas como um princípio, mas também como um objetivo a ser atingido, para configurar-se como uma prática educativa inserida no contexto da escola” (Veiga, 2009, p.169).

Luck (2000) afirma que a aproximação dos professores, pais e alunos possibilita o envolvimento de todos para a construção de projetos político-pedagógicos que atendam a instituição, acarretando uma gestão que assuma um caráter democrático. É válido ressaltar que “[...] a participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar.” (Libâneo, 2004, p.79). A democratização na escola promove a educação escolar como corresponsabilidade da comunidade, a qual busca garantir a qualidade por meio da participação ativa em todas as demandas.

A Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (2021) ressalta que o processo educativo acontece com o esforço em conjunto de todas as partes que contribuem para a execução de ações no âmbito escolar. A presença do diretor exerce um papel fundamental para organizar a gestão democrática, assumindo um papel importante de mediador das ocorrências da escola. Segundo essa Matriz (2021), as atribuições do

cargo de diretor requerem a adoção de uma liderança ativa que busca envolver a comunidade escolar nos processos de ensino e aprendizagem, criando um espaço que mantém uma comunicação eficaz para discutir sobre diversos aspectos educacionais.

A gestão se faz com a participação de todos os integrantes da comunidade escolar, e seu papel é garantir um ambiente seguro e propício para o desenvolvimento dos estudantes, considerando a realidade destes, a fim de adotar práticas pedagógicas que os contemplem, zelando pelos bens estruturais e financeiros da escola. Uma gestão democrática que aproxima os alunos da escola fortalece a identidade estudantil, possibilita uma nova visão de mundo e desenvolve o pensamento crítico. Desse modo, torna o ambiente escolar colaborativo e acolhedor, valoriza as diferenças abrindo espaço para discutir sobre racismo e suas diversas faces, como o preconceito e a discriminação racial.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE RACISMO, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO

Ao refletir sobre racismo, é preciso considerar seu sentido e significado. Em uma análise teórica, constitui-se por uma

[...] ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. (Munanga, 2003, p. 7-8).

Nessa perspectiva, o aspecto que baliza os contrastes e as desigualdades entre os seres humanos é a raça, em sua estrutura biológica que se articula às outras dimensões dos seres humanos, como a sociocultural, servindo como explicação para a inferiorização de alguns grupos sociais em relação a outros.

Inicialmente utilizado para os outros animais, o termo raça passa a ser utilizado para distinguir os seres humanos por volta do século XVIII, inclinando-se, como já informado, para as características físicas das pessoas (Munanga, 2003). Diante disso, alguns grupos étnicos, como os negros e os judeus, foram discriminados(as) com a justificativa de que detinham traços inferiores ao da raça dominante, a branca europeia, a qual passou a exercer poder ideológico sobre as demais raças, que já era econômico durante o processo de colonização.

O racismo, ao ser posto em prática, faz a segregação das pessoas, tendo a raça vinculada à cor (componente fenotípico), mas também ao que se vincula a ela, como cultura e religião, usadas como motivo para atacar determinados grupos e indivíduos, resultando em perda da identidade daqueles que são excluídos. Nesse sentido, a cultura dominante (racista) manipula todas as relações existentes, criando um mundo favorável a somente um povo (Cavalleiro, 2012).

Por isso, ao estudar sobre essa ideologia, e como ela opera, é necessário cuidado. “Esse uso generalizado do racismo pode constituir uma armadilha ideológica, na medida em que pode levar à banalização dos efeitos do racismo, ou seja, a um esvaziamento da importância ou da gravidade dos efeitos nefastos do racismo no mundo” (Munanga, 2003, p.10). Nesse sentido, verifica-se a relevância de estudos sobre o conceito, os sentidos atribuídos e como a história colonial brasileira se estabeleceu a partir do reconhecimento e valorização de alguns grupos em detrimento de outros, evidenciando como o racismo está presente na história da população negra e deixou/deixa diversas marcas por meio da disseminação do ódio, maus tratos corporais e cenários de violência psicológica constantes. Todo esse contexto resulta também na dificuldade, e muitas vezes sofrimento, em perceber-se como negro(a), uma vez que se constitui por um processo de identificação (Souza, 1983).

A exclusão social que o povo negro ainda sofre é a demonstração de como o racismo afeta a vida de pessoas que fazem parte de um grupo estigmatizado por seu corpo, sua cor e seu fenótipo. Assim, impõe-se obstáculos na possibilidade para que possam ascender socialmente, pois os acessos em espaços escolares e profissionais são dificultados por conta de seus traços fisionômicos e, por conseguinte, do que dele decorrem, de modo a reproduzir preconceitos perante as diferenças dos sujeitos. Contudo, essas não são as únicas formas de exclusão, uma vez que se constroem estereótipos em função dessas diferenças que se tornam desigualdades.

Nesse sentido, identifica-se como o preconceito se fundamenta, por

[...] um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos

humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro. (Gomes, 2005, p. 54)

Esse juízo *a priori*, sem antes conhecer o outro, toma uma proporção que afeta a convivência entre as pessoas, pois aqueles(as) classificados(as) diferentes são considerados(as) estranhos(as) e, muitas vezes, são rejeitados(as) por isso. O preconceito está presente no cotidiano, alastrando-se por diversas camadas sociais, gerando a exclusão de certos indivíduos como mulheres, o grupo LGBTQIAPN¹ e os negros, dentre outros.

Em decorrência disso, o indivíduo se encontra na busca para se encaixar dentro dos padrões impostos na sociedade almejando sua inclusão, tentando sair dos estereótipos sociais construídos. Entretanto, como isso é possível quando esse julgamento ocorre pela cor da pele? Assim, como exposto pelas autoras Bandeira e Batista (2002):

[...] se há uma identidade racial dominante que define o que é belo e feio, ou seja, os padrões estéticos, o simples fato de pertencer à raça dita dominante implicará ser valorizado do ponto de vista estético e vice-versa. O branco acreditará que é bonito e observará o padrão estético da raça negra como não-bonito; o negro possivelmente achará o branco bonito. E se o padrão estético do branco predomina, os valores do negro poderão ser os valores daqueles que o negam na sua diferença. Ele é negado e ao mesmo tempo se nega. O preconceito passa pela relação social, pela atribuição identitária e auto-identificação, que nega duplamente a alteridade, seja como negação do outro, seja como autonegação. (Bandeira e Batista, 2002, p.131)

O preconceito deixa marcas naqueles(as) que o sofrem, pode notar-se como a população negra precisa, constantemente, reafirmar sua identidade racial. A instauração de um padrão de beleza, por exemplo, revela que se dissemina um modelo estético no qual, na maior parte das vezes, os(as) brancos(as) estão colocados(as) como ideal a ser seguido. A existência de uma cultura dominante do que é belo resulta no apagamento das demais culturas, impactando na identidade. Em uma sociedade que valoriza tipos fixos, de ser e existir, a percepção que cada pessoa tem sobre si é afetada, impactando a autoestima e o autoconceito. Portanto, a forma como o(a) negro(a) se vê é afetada pelo padrão social, o que pode ocasionar o aniquilamento de sua identidade pela negação da cultura branca.

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não binarie e outras identidades e orientações sexuais e de gênero.

É importante ressaltar que o colonizador branco procurou alterar a história da população negra, bem como a cultura, de modo que muitos(as) negros(as) passaram a não se reconhecer e negar suas origens. Ainda, o preconceito racial liga a cor à condição socioeconômica e a população negra é avaliada a partir disso, sendo associada, na maioria das vezes, à pobreza (Bandeira e Batista, 2002), a empregos e condições subalternas. Por isso, os homens negros e mulheres negras são vinculados(as) a empregos braçais, pois seus corpos são animalizados, visto como os(as) mais fortes e resistentes à dor. Em meio a esses estereótipos inferidos às pessoas negras é difícil ter amor-próprio, tendo em vista a constante depreciação instalada pela discriminação.

A discriminação separa e exclui o outro, criando barreiras que o prejudiquem e desfavoreçam, constituindo-se pela manifestação dos preconceitos, aparecendo por diversas vezes de forma velada. A discriminação alimenta uma estrutura que rejeita o sujeito segundo suas características e particularidades, usando-as para justificar tais ações (Gomes, 2012).

No que se refere à discriminação racial, Gomes (2005) tece uma reflexão valiosa:

A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam. Devemos tomar cuidado, entretanto, para não considerar a discriminação como produto direto do preconceito. (Gomes, 2005, p. 55)

De acordo com a autora, fundamentando-se na psicóloga Cida Bento (1992), a análise da discriminação, diretamente relacionada ao preconceito, se alinha ao mito da democracia racial, visto que se o(a) brasileiro(a) não se considera preconceituoso não há como, por consequência, ser racista. (Gomes, 2005). Por isso, é preciso considerar que há diferentes fatores que causam a discriminação. Alguns deles se relacionam ao modo com que a sociedade é dividida, que acaba segregando determinados grupos como a população negra. O sistema capitalista, desigual e excludente, minimiza e marginaliza a existência negra, procurando com que esta se sinta inferior: “A discriminação supervaloriza determinadas culturas, dá ao dominador a idéia de que é o melhor e desenvolve no discriminado o sentimento de menos-valia” (Vera, 2005, p. 188).

Diante disso, a discriminação ocorre sem que o indivíduo tenha qualquer chance de escolher sobre sua posição na sociedade. Esta revela-se um problema estrutural e social, e não só individual, que, exteriorizado, tem um impacto significativo na vida das pessoas negras, em diferentes níveis, principalmente no aspecto psíquico. Nesse contexto, é imprescindível que os(as) praticantes de qualquer ato de discriminação sejam devidamente punidos(as). De acordo com o Art.1º da Lei nº 9.549/1997, que alterou a Lei nº 7.716/1989², foi estabelecida a criminalização de todo tipo de discriminação ou preconceito, cujos “crimes [sejam] resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (Brasil, 1997).

Tendo em vista essas considerações conceituais, compreende-se que a escola, por seu caráter educativo, tem um papel importante na luta antirracista. Portanto, a educação torna-se um elemento transformador na busca por sanar os impactos do racismo na sociedade.

4 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO ESPAÇO ESCOLAR

O modo como o espaço escolar se organiza para discutir as questões raciais tem importante impacto na luta antirracista. Sabe-se que a escola precisa estar à frente dessa mudança, pois como dito por Gomes (2003), a forma como a cultura negra é abordada nas escolas por vezes reforça estereótipos sobre o povo negro, de modo a apagar sua cultura, podendo gerar uma visão negativa sobre a população negra e, consequentemente, acarretar a reprodução de atitudes racistas.

A educação antirracista busca superar os padrões eurocêntricos estabelecidos na sociedade, percebendo o indivíduo e reconhecendo sua identidade. Desse modo, "busca combater o racismo a partir do reconhecimento estatal e propõe a divulgação e a produção de conhecimentos que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico com direitos garantidos e identidades valorizadas." (Oliveira e Candau, 2010, p.32). Nessa perspectiva, pedagogias que se fundamentam pela decolonialidade³ questionam os currículos propondo uma reinterpretação da história do povo negro. O estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para

² Esta lei foi “[...] conhecida como Lei Caó, em homenagem ao autor Carlos Alberto de Oliveira” (Portal Geledés, 2014).

³ Prática educacional que questiona e procura romper com as estruturas de saber, poder a serem herdadas do processo de colonização, promovendo a valorização de conhecimentos e narrativas de povos historicamente subalternizados.

o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana contribuiu para o avanço da educação das relações étnico-raciais.

A escola, enquanto responsável por proporcionar a aprendizagem de novos conhecimentos, deve atentar-se aos desafios que aparecem a partir de discussões como cultura e raça. Para realizar uma educação que seja de fato antirracista a equipe gestora representa um importante papel para que ela ocorra. Afinal, como lutar contra o racismo na escola se a própria gestão não atua para combatê-lo? A educação antirracista precisa ser defendida e promovida por toda a comunidade escolar, envolvendo pais, mães e todos(as) os(as) profissionais que estão inseridos(as) no processo educativo, para além de professores(as) e estudantes.

As discussões das relações étnico-raciais nos espaços escolares foi conquista do movimento negro que, articulado com alguns partidos políticos, conseguiu ganhar força para que houvesse mudanças significativas. A interlocução com a política proporcionou a voz que precisavam para impulsionar o diálogo das questões raciais em âmbito educacional, na busca por incluir conteúdo da história afro-brasileira, tratando sobre as práticas racistas que acontecem dentro da escola (Pinotti, 2016) e fora dela. A introdução da temática étnico-racial se torna uma das formas de combater tais atitudes discriminatórias e ideias preconceituosas, por meio do conhecimento sobre a história dos(as) negros(as) que não se constituiu, e constitui, apenas pelo racismo, mas sim pela riqueza cultural, saberes ancestrais e valores que fazem parte do seu modo de vida. Ao tratar dessas e outras questões na escola parte-se de uma perspectiva positiva do papel dessa população que construiu o Brasil.

Nesse sentido, a aprovação da Lei nº 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira" (Brasil, 2003). Essa lei foi um marco valioso para toda a população negra, tornando imperioso tratar sobre sua identidade e cultura, impulsionando muitas escolas a reformularem os seus conteúdos disciplinares, deixando de omitir a história e a cultura desse grupo.

A escola é um lugar composta por uma pluralidade cultural, onde tem-se o reflexo da sociedade contemporânea, pautada pela divisão de classes sociais nas quais as diferenças são logo percebidas e postas como um fator que limita um maior contato entre os sujeitos "O diálogo entre culturas é o grande desafio da educação das relações étnico-

raciais.” (Silva, 2018, p. 136). Por isso, construir um caminho para que seja efetivada a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), tendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004) como a orientação para que as instituições de ensino insiram os conteúdos da história e cultura afro-brasileira e africana em seus currículos. Com base nesse referencial, é possível tecer iniciativas na luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação, promover o reconhecimento da diversidade étnica do país. Entretanto, esse é um trabalho árduo, pois como valorizar as questões raciais e as diferenças culturais na sala de aula, em um país no qual muitos(as) brasileiros(as) negam suas origens?

Ao refletir sobre as formas de introduzir a ERER é imprescindível que os(as) professores (as) e todos (as) os (as) profissionais da área da educação se preparem por meio de formação continuada, capacitando-se cada vez mais para defender uma educação que considere e promova as relações étnico-raciais, proporcionando momentos para tratar sobre racismo, preconceito e discriminação, como também condições para fortalecer a identidade, a história e a cultura negra.

Nessa perspectiva, o envolvimento dos(as) professores (as) com a ERER é muito importante para a efetivação da lei, como pontuado por Silva e Costa (2018):

Entretanto, mesmo com a Lei nº 10.639/03 a ausência de capacitação de recorte étnico-racial para os professores não muda o panorama de racismo e silenciamento da diversidade étnico-racial na sala de aula. Professores sem a devida preparação ao se depararem com casos de racismo têm dificuldade de enxergar e se posicionar, a ausência de atitudes reforça visões preconceituosas, o professor tem que passar a compreender a questão étnico-racial para transmitir aos alunos uma atitude de respeito e valorização dessas diferenças culturais. (Silva e Costa, 2018, p.27)

A educação se concretiza quando causa um impacto na vida do(a) aluno (a), de modo que ele(a) comece a enxergar o mundo com um olhar mais crítico e amplo, conhecendo as diferenças, valorizando-se e valorizando o outro. O trabalho pedagógico acerca das diversidades étnicas e culturais proporciona aos(as) estudantes a compreensão sobre a sua história e a de outras pessoas, adquirindo noções de valorização cultural.

Entende-se que a educação se concretiza quando causa um impacto na vida do(a) aluno (a), de modo que ele(a) comece a enxergar o mundo com um olhar mais crítico e

amplo, conhecendo as diferenças, valorizando-se e valorizando o outro. O trabalho pedagógico acerca das diversidades étnicas e culturais proporciona aos(às) estudantes a compreensão sobre a sua história e a de outras pessoas, adquirindo noções de valorização cultural.

A persistência do racismo na sociedade recai sobre a escola em diversos aspectos, desde a forma como os currículos retratam o povo negro até a maneira como esta conduz o estudo das questões étnico-raciais. Por isso, um dos desafios para a efetivação da educação antirracista é a descolonização dos currículos de modo que haja aprofundamento sobre a história da população negra, sem omissão de participação e a importância que eles tiveram na história mundial e, especificamente, brasileira.

Umas das práticas de racismo mais recorrentes nos espaços escolares é o retrato negativo do(a) negro(a) nos conteúdos, surgindo sempre como escravo(a), não abrindo espaço para dialogar sobre a cultura negra, sendo lembrado somente no dia 20 de novembro para “comemorar” o dia da Consciência Negra. Muitos materiais didáticos ainda reforçam a história sob o olhar do(a) colonizador(a) branco(a), em que o(a) negro(a) aparece sob uma ótica negativa, contribuindo para a manutenção de práticas racistas, reforçando diversos estereótipos que diminuem a trajetória e propagam o apagamento da cultura do povo negro (Gomes, 2012). É contra essas, e outras práticas e lógicas da colonialidade, que a educação antirracista deve se contrapor e combater.

A efetivação da educação antirracista garante a equidade de direitos ao povo negro em comparação à valorização de outras culturas. Nesse sentido, é relevante defender o “[...] diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro” [...]” (Gomes, 2012, p. 105, grifo do original). Os(As) estudantes negros(as) precisam desenvolver seu pertencimento étnico, construindo identidades positivas no ambiente escolar, enxergando-o como um espaço acolhedor que subsidia seu trabalho pedagógico por meio da interculturalidade, lutando para superar o racismo estrutural que persiste na sociedade.

Nesse sentido, a gestão escolar tem um papel importante na defesa de um ambiente que se contraponha a qualquer forma de preconceito e discriminação. Na próxima seção, procurou-se tratar sobre esse segmento da escola, por meio da análise do que tem sido produzido sobre o tema, assim como da análise do PPP de duas instituições de ensino.

5 A ATUAÇÃO DA GESTÃO NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O espaço escolar é regado por desafios, sendo um deles promover o diálogo étnico-racial com o foco de que a escola seja um espaço para aprender e tratar sobre essas questões. Dessa forma, convém pensar sobre a atuação da equipe gestora da escola e como ela tem proporcionado tal diálogo trabalhando para combater os preconceitos e racismos dentro da escola, buscando a efetivação de uma educação que seja antirracista, na qual os(as) estudantes negros(as) possam desenvolver suas identidades e apropriar-se da escola como um lugar que se possa recorrer quando necessitar, fazendo com que os demais alunos(as) possam enxergar as diferenças e reconhecê-las como positivas. Não se pode garantir que os(as) educandos(as) negros(as), ou de outras etnias não dominantes, não sofrerão racismo, uma vez que essa ideologia estrutura a nossa sociedade, mas a forma com que a equipe gestora intervém diz muito sobre como a escola pensa.

Ao pensar na educação antirracista é importante rever como é feita sua inclusão nas instituições escolares e o envolvimento da gestão. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico (PPP) surge como a possibilidade de um posicionamento quanto à educação antirracista como pauta a ser tratada na escola, levando gestores, professores, alunos, mães, pais e demais participantes da comunidade escolar a perceberem essa temática como responsabilidade de todos, problematizando-a, reconhecendo-a e operando para contestar o racismo no interior da escola.

A inserção das questões antirracistas no PPP dá visibilidade para realizar intervenções antirracistas no planejamento da escola. Construir um PPP que aborde assuntos étnico-raciais faz a instituição movimentar-se para o aprofundamento das discussões acerca do racismo, identidade, cultura e história negra introduzindo neste documento a valorização e o debate da diversidade étnica (Santos, 2022), desenvolvendo, em conjunto com a comunidade, quais mediações e práticas deverão ser realizadas para que a escola intervenha nas questões raciais.

Esse documento é elaborado com base nas necessidades da escola e em sua realidade, contemplando também os aspectos sociais. Nesse sentido, com o objetivo de entender como a educação étnico-racial é considerada nos projetos de uma escola, para análise documental, foi selecionado dois PPP de escolas da rede pública, considerando para a realização da análise se a educação étnico-racial é citada no PPP, como é abordada dentro do projeto da escola, permitindo refletir sobre como as referidas instituições trazem a temática para desenvolver nas escolas.

O primeiro PPP (2025), refere-se à Instituição 1, uma escola estadual que oferta educação básica: Anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação para Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Técnico Profissionalizante. No documento há destaque para uma seção sobre diversidade e inclusão na aprendizagem onde começa a aparecer a importância de trabalhar as relações étnico-raciais "Neste âmbito, é fundamental se pensar no desenvolvimento de ações para a cidadania e os direitos humanos, para a educação das relações étnico-raciais, a diversidade [...]" (Instituição 1, 2025,p.61) onde a escola deve promover a formação de cidadãos que compreendam como a sociedade é formada por uma diversidade étnica reconhecendo como o Brasil é constituído por múltiplas culturas,

Ao longo da análise, identificou-se a iniciativa da escola em desenvolver um espaço democrático que aborde as diversidades étnicas e culturais, com base na Lei nº 10.639/03 para garantir a construção de um ambiente que trate sobre a historicidade dos povos negros e a cultura afro-brasileira, considerando o desenvolvimento dos conteúdos e a atuação dos professores para tratar da temática. É citado no PPP a realização de projetos como o Africanidades e Projeto Congada. Apesar dessas iniciativas, não consta no PPP, como são desenvolvidas essas atividades, tendo em vista que é importante trazer a forma que elas ocorrem para ter o detalhamento de como são feitas essas intervenções, a instituição precisa rever como é abordada a temática para que tenha um bom entendimento sobre as ações da escola, não se deve citar no PPP sem antes explicá-las de fato.

Entende-se que a gestão da escola acontece com o trabalho em equipe e a participação da comunidade em conjunto com alunos, professores, funcionários, colegiado e toda a equipe gestora da escola. Um aspecto que chamou a atenção sobre essa escola foi a realização de uma avaliação com perguntas detalhadas direcionadas aos(as) estudantes referentes às ações que ocorrem na instituição, visando acompanhar a atuação da escola em diversos aspectos. Verificou-se uma resposta positiva dos(as) estudantes quanto ao trabalho da escola na promoção de valorização e reconhecimento de suas identidades étnico-raciais, com isso é possível observar que a gestão tem buscado evidenciar o reconhecimento do indivíduo em suas particularidades.

Por meio da análise do PPP, identifica-se que a instituição traz a educação das relações étnico-raciais e tenta de alguma forma traçar estratégias e ações no combate ao racismo, procurando executar diferentes atividades pedagógicas fazendo o uso de

materiais audiovisuais (filmes, documentários), palestras, rodas de conversas dentre outros. Mesmo com essas atividades relatadas dentro do PPP, falta por parte da escola enfatizar sobre como a educação étnico-racial será realizada, de que forma os professores e funcionários desta escola participam dessas intervenções. Esse conjunto de ações contribui para revelar a escola como um espaço que busca discutir sobre a inclusão e valorização das diferenças, tornando-se uma ponte para a transformação social do indivíduo, preparando-o para o convívio em sociedade e para a luta antirracista.

O segundo Projeto Político Pedagógico (2025) refere-se à Instituição 2, uma escola municipal que oferece as seguintes etapas de ensino: Educação infantil, Ensino Fundamental I e II, e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Assim como o primeiro PPP, as questões relacionadas à diversidade aparecem a partir da seção intitulada “diversidade e inclusão na aprendizagem”, sendo “A diversidade traz diferentes perspectivas, experiências conhecimentos que enriquecem o processo de aprendizagem. Alunos de variadas origens culturais, sociais[...] provendo debates mais ricos [...]” (Instituição 2, 2025, p.28). Contudo, o PPP da Instituição 2 se difere do primeiro analisado no que tange ao aprofundamento das discussões étnicas em seu projeto. São citadas as questões de valorização das singularidades dos indivíduos sem detalhar se essa diversidade é étnica, cultural ou de outra forma. O respeito às diferenças e ao outro é abordado juntamente com o propósito de que o(a) estudante se torne um cidadão que saiba conviver em sociedade.

Provavelmente, essa referência se relaciona à identificação do aumento dos preconceitos pela instituição, sendo um ponto que ela tem tentado reverter, por meio de plano de ação traçado no PPP para sanar tal problemática. As intervenções expostas constituem em planejar palestras, articulando com os(as) professores(as) a implementação dessa temática em seus planos de ensino, fazendo o uso de filmes e vídeos para abrir as discussões, junto com o apoio da equipe psicossocial. Está explícito no PPP a busca da escola pela participação efetiva das famílias, articulando programas como “Educação e Família” e a ação “Família na escola”, duas propostas que convidam os familiares para participar das ações da escola, contribuindo para uma gestão colaborativa. A equipe gestora faz a mediação das práticas pedagógicas, em que a diversidade é ponto de pauta.

É notório que ambas as escolas atribuem, em seus Projetos Político- Pedagógicos, o trabalho com a diversidade e inclusão, mas é perceptível que as duas instituições

precisam desenvolver melhor os aspectos que abarcam a educação das relações étnico-raciais, levando em consideração as realidades presentes nas instituições. Os PPP analisados contemplam a participação dos membros da comunidade, por meio da promoção de atividades de intervenção em parceria com instituições de Ensino Superior presentes no município (Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, dentre outras) que proporcionam um debate crítico sobre as questões étnico-raciais e os problemas existentes em meio às interações sociais dos indivíduos. O comprometimento da gestão e equipe gestora para garantir que a escola desenvolva ações para o combate ao racismo, preconceito e a discriminação são firmados no pensamento de uma gestão feita com muitas mãos, sendo a comunidade escolar parte importante na atuação de uma gestão antirracista.

A gestão democrática somente acontece de fato quando assume também a luta antirracista, afinal não é democracia se apenas uma parte é beneficiada. Por isso, a educação antirracista no cotidiano escolar expande a visão dos(as) educandos(as) sobre a historicidade dos povos africanos e afro-brasileiros, assumindo pedagogias da decolonialidade, rompendo com o apagamento dos povos negros. Uma gestão que se mostra antirracista em suas ações pode inspirar os(as) professores(as), funcionários(as) e demais a se posicionarem na luta contra o racismo, contribuindo para a concretização de uma educação transformadora. Nessa perspectiva, a formação continuada precisa ser levada em consideração, pois é estudando e pesquisando que se adquire embasamento teórico consistente para a luta antirracista (Nepomuceno, 2017), e se desconstrói visões de mundo preconceituosas.

Dentre os desafios que a gestão encontra para a educação antirracista, está o diálogo com a comunidade, pois “criar condições para uma participação efetiva da comunidade escolar na construção de uma educação antirracista” (Costa, 2023, p. 55) não é tarefa fácil. A gestão precisa ter o engajamento com a rede escolar, porque os projetos ganham força quando todos(as) contribuem para seu cumprimento, pois a educação tem que ultrapassar os muros da escola.

O racismo é a causa das desigualdades sociais e está enraizado em todas as instâncias da sociedade, sendo manifestado com preconceitos de forma velada muitas vezes. Costa (2023) reflete sobre a percepção do racismo:

[...] tomei consciência de que o racismo é estrutural, logo se o problema é estrutural não será possível um rompimento total de

uma hora para outra, mas podemos em “doses homeopáticas”, agir nas brechas para quem sabe, num futuro próximo ou distante, talvez, provocar fissuras nas políticas públicas educacionais que sustentam o nosso sistema vigente. Esperançar é preciso! (Costa, 2023, p. 56, grifo do original).

Portanto, atuar pela educação antirracista é um ato de resistência, tendo em vista que todas as ações que os sujeitos realizam estão sob os fundamentos de um racismo estrutural que, por vezes, não é perceptível aos olhos. Ao pensar em estratégias para combater o racismo, nota-se que a educação tem o poder de abrir diálogos precisos para dismantelar como ele se perpetua na sociedade, tendo o interior das escolas um terreno fértil para provocar mudanças. A equipe gestora, como a parte que garante o funcionamento da escola, assume aqui um papel de mediadora e supervisora das práticas pedagógicas, no qual deve prezar por uma educação que abrace as diversidades culturais a título de promover um espaço de reconhecimento e valorização das diferenças. Seus projetos e planejamentos devem considerar a educação étnico-racial, com uma gestão que vai contra qualquer forma de discriminação e luta cotidianamente para a prática de uma educação antirracista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar a atuação da equipe gestora no enfrentamento ao racismo nos espaços escolares. Entende-se que conseguiu teceu reflexões sobre a importância de a gestão estar compromissada com uma escola que aborde as relações étnico-raciais, expondo que esta não está somente a cargo do(a) diretor(a), mas de uma equipe. Com o foco em debater a respeito da educação étnico-racial, surge a necessidade de tratar sobre o racismo, preconceito e discriminação que estão presentes na sociedade espelhados no cotidiano da escola, dentre outras instituições sociais.

Nessa perspectiva, a educação antirracista proporciona o conhecimento e compreensão das diversidades étnico-culturais, contendo inúmeros desafios para sua efetuação, mesmo com a existência da Lei nº 10.639/03 que garante o ensino obrigatório da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas de educação básica, sendo essa lei um avanço importante para o povo negro.

Para combater a invisibilidade da cultura e história dessa população, a escola precisa implementar ações pedagógicas que dialoguem sobre suas problemáticas, nas

quais os(as) estudantes participem de seu processo de aprendizado formando sujeitos questionadores, ampliando a visão de mundo deles, por meio do contato com conteúdos diversos, rompendo com o apagamento da história afro-brasileira e as visões negativas que, por vezes, aparecem nos currículos escolares.

Tratar das relações étnico-raciais no PPP é uma forma de dar o primeiro passo para uma educação antirracista. Os PPP analisados possibilitaram contemplar como as escolas dialogam com essa temática. Tanto a Instituição 1 quanto a Instituição 2 citaram a diversidade como um pilar importante para o desenvolvimento dos(as) educandos(as), assim como as diferenças étnico-culturais para promover o conhecimento e respeito entre todos(as).

O PPP da Instituição 1 apresenta mais informações sobre as questões étnico-raciais, destacando-se a realização de projetos como o Africanidades e o da Congada. Para a análise de como são executados no interior da escola seria necessária outra pesquisa. Esses dados seriam importantes para analisar o impacto dessas ações na escola. O PPP da Instituição 2 expõe a luta enfrentada pelo aumento da discriminação na escola, estabelecendo o diálogo com os(as) estudantes e as famílias para resolver esses casos, mostrando que a comunidade escolar é muito importante na construção de uma proposta que contribua para a humanização de todos(os) os(as) estudantes e de toda a comunidade escolar.

A luta pela educação antirracista precisa ser uma pauta recorrente para a equipe gestora, pois visa-se que a escola tenha uma gestão democrática, ou seja, que todos(as) tenham voz dentro da instituição. Nesse sentido, a gestão promove a mediação das práticas e intervenção dos conflitos, contemplando a luta antirracista em seus Projetos Políticos Pedagógicos, atenta as questões étnico-raciais na escola e no interior da sala de aula.

Para a construção de uma gestão antirracista eficaz, torna-se imprescindível a reavaliação de suas práticas enquanto gestores(as), promovendo condições para uma educação transformadora que enxergue o sujeito e valorize suas particularidades. A educação antirracista possibilita a desmitificação de conceitos preconceituosos lançados sobre o povo negro, valorizando as diferenças e incentivando o desenvolvimento das identidades tanto dos alunos(as) negros(as) quanto dos(as) demais.

Nessa direção, a partir dos resultados desta pesquisa, identificou-se a necessidade de produção de trabalhos sobre a valorização da identidade étnico-racial dentro da escola

e de como a gestão escolar planeja ações para combater o racismo e acompanhar as mudanças ocorridas nas relações entre estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997**. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9459.htm#art1. Acesso em: 06 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília: Presidência da República, 5 de jan. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em 15 ago. 2025.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 06 set. 2025.

BRASIL. **Matriz Nacional Comum de Competências do diretor escolar**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2021-pdf/170531-texto-referencia-matriz-nacional-comum-de-competencias-do-diretor-escolar/file>. Acesso em: 18 abr. 2025.

CAVALLEIRO, E. d. S. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação infantil. 6.ed. São Paulo: **Contexto**. 2012.

COSTA, V. S. d. O. **E agora, escola?** Desafios de uma gestora na luta por uma educação antirracista. 2023. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Educação, Campus XIV, Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité, 2023.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23. p.75-85, ago. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200006>. Acesso em: 17 abr. 2025.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para todos). Disponível em: https://forumeja.org.br/brasil/educacao-anti-racista-caminhos-abertos-pela-lei-federal-no-10-639-03/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=1&source_list=term&source_entity_id=12733&ref=%2Feditor%2Fsecad-secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-e-diversidade%2F%3Fperpage%3D12%26view_mode%3Dmasonry%26paged%3D1%26order%3DASC%26orderby%3Ddate%26fetch_only%3Dthumbnail%252Ccreation_date%252Ctitle%252Cdescription%26fetch_only_meta%3D. Acesso em: 06 set. 2025.

GOMES, N. L. Educação e Identidade Negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [S. l.], v. 9, p. 38–47, 2002. DOI: 10.17851/2317-2096.9.38-47. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912>. Acesso em: 18 ago. 2025.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, jan/abr. 2012.

Instituição 1. **Projeto Político Pedagógico**. Ituiutaba. 2025.

Instituição 2. **Projeto Político Pedagógico**. Ituiutaba. 2025.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. rev. ampl. Goiânia: **Editora alternativa**, 2004.

LÜCK, H. (Org.). Gestão escolar e formação de gestores. **Em Aberto**, v. 17, n.72, p. 1-195, fev./jun. 2000.

MARTINS, K. F; SILVA, C. S. d. O processo de (des)construção da identidade negra na escola: o olhar de professores e alunos em uma escola do município de Quixadá – CE. **Revista da ABPN**, v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: História e Cultura Africana e Afro-brasileira – lei 10.639/03 na escola, maio de 2018, p.215-237.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., **Anais...**, 2003, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MUNANGA, K. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**, n. 12, p. 169-203, 2010. Disponível em:

https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172682/teoria_social_relacoes_sociais_brasil_contemporaneo.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

NEPOMUCENO, V. P. de V. **Educação étnico-racial com pedagogias outras, ações de novas perspectivas educacionais e interculturais**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH, Programa de pós-graduação em educação. Rio de Janeiro, 2017.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**. São Paulo, v.1, Nº 3, 2º sem./1996.

NEUSA, V. Racismo, preconceito e discriminação. In: Munanga, K. (org.). Superando o racismo na escola. Brasília, DF: **Editora: SECAD**, 2005. p.185-204.

OLIVEIRA, L. F. de; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no brasil. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. V.26. n.01, p.15-40, abr. 2010.

OLIVEIRA, I. C; MENEZES, I. V. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. **Cadernos de pesquisa**. V.48 n.169 p.876-900 jul./set. 2018.

PINOTTI, M. L. O movimento negro e a configuração da lei 10.639/03. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: História e democracia: possibilidades do saber histórico, Coxim – MS, 13, **Anais...**, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1477018313_ARQUIVO_ar tigocompleto.pdf. Acesso em: 31 ago. 2025.

PORTAL GELEDÉS. **Lei nº 7.716/89 – Lei CAÓ, 25 anos no Combate ao Racismo**, 2014. Disponível em: https://www.geledes.org.br/lei-7-71689-lei-caio-25-anos-combate-ao-racismo/?amp=1&gad_source=1&gad_campaignid=1495757196&gbraid=0AAAAADnS6iDG5H7untl4P4xNma7WWCZdf&gclid=CjwKCAjwtf_FBhBzEiwA7QEgyDy2OzlJcyTQiKbpBKUqh99E0W14MsBaN6foMNCp_LFTF8zsGqPugBoCYsQQAyD_BwE. Acesso em: 06 set. 2025.

SANTOS, V. Como construir uma escola antirracista. **Nova escola**. 2022. E-book. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21397/e-book-educacao-antirracista-baixe-gratuitamente>. Acesso em: 07 set. 2025.

SILVA, A. Q. d; COSTA, R. S. d. Educação antirracista é educação transformadora: uma análise da efetividade da Lei nº 10.639/03. **Revista Em favor da Igualdade Racial**, [S. l.], v.1, n.1, p.17–35, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/1993>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SOUZA, N. S. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: **Edições Graal**, 1983.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009.